

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 21

De acordo com a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), todo e qualquer elemento patrimonial que se enquadre na definição de ativo deve

- A ter a forma legal de um bem ou direito.
- B ter custo ou valor mensurável monetariamente.
- C estar associado a um direito de propriedade.
- D resultar de transações ou eventos passados.
- E ter forma física.

### QUESTÃO 22

O gerente comercial de uma empresa, querendo informações acerca do estoque de mercadorias, recorre ao seu contador a fim de obter respostas para as seguintes questões:

- I Quanto de recursos financeiros será necessário para a empresa repor os estoques?
- II Quanto gastou a empresa para adquirir os bens que se encontram atualmente em estoque?
- III Quanto arrecadaria a empresa com a venda ordenada dos seus estoques?
- IV Quanto teria a empresa de desembolsar caso queira quitar hoje a dívida de longo prazo que tem com os seus fornecedores de mercadorias?

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta, na ordem em que aparecem, as bases de mensuração que o contador deve observar para responder cada questionamento, considerando o disposto na estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, emitida pelo CPC.

- A custo corrente; custo histórico corrigido; valor presente; valor justo
- B custo corrente; custo histórico; valor realizável; valor presente
- C custo histórico corrigido; custo corrente; equivalente corrente de caixa; valor presente
- D valor realizável; custo histórico; custo corrente; valor presente
- E valor realizável; custo histórico; valor justo; valor de liquidação

### QUESTÃO 23

De acordo com o pronunciamento do CPC que trata de ativos intangíveis, o tratamento contábil que uma companhia aberta deve adotar em relação aos gastos destinados à geração de ativo intangível internamente e realizados durante a fase de pesquisa de projeto interno consiste em reconhecer esses gastos como

- A despesa, que não deve ser apropriada ao custo do ativo intangível no futuro.
- B resultado não abrangente, que permanecerá em conta específica do patrimônio líquido até que o ativo intangível atenda aos critérios de reconhecimento.
- C ativo não circulante, que estará sujeito a amortização futura.
- D despesa, que deve ser apropriada ao custo do ativo intangível a partir da data em que tal ativo passar a atender aos critérios de reconhecimento.
- E ativo não circulante, que não estará passível de amortização futura.

### QUESTÃO 24

De acordo com os padrões contábeis do CPC, para os itens do imobilizado que não tenham sido totalmente depreciados, a depreciação deverá cessar na data em que o

- A valor residual do ativo for menor que o seu valor contábil.
- B ativo estiver disponível para uso, mas não tenha começado ainda a ser utilizado.
- C ativo for classificado como mantido para venda.
- D ativo se tornar ocioso ou for retirado do seu uso normal.
- E ativo estiver sujeito a manutenções preventivas e corretivas que preservem as suas condições originais.

### QUESTÃO 25

Assinale a opção que apresenta uma característica da demonstração de fluxos de caixa elaborada por companhias abertas segundo o método indireto.

- A As informações acerca das transações de investimento e financiamento que tenham sido realizadas sem a utilização de caixa ou equivalentes de caixa são divulgadas com a adoção desse método.
- B O lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros.
- C As principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos decorrentes das atividades operacionais são divulgadas por meio do referido método.
- D O método mencionado permite, alternativamente, que as informações relacionadas às atividades operacionais possam ser obtidas dos registros contábeis da entidade.
- E Caso a entidade opte pelo referido método, estará obrigada a efetuar a conciliação entre lucro líquido e fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

### QUESTÃO 26

Adiantamentos recebidos de clientes, ajustes de avaliação patrimonial, despesas antecipadas, obrigações em moeda estrangeira e ações em tesouraria são itens que devem ser classificados, respectivamente, como

- A receita operacional, patrimônio líquido, passivo, passivo e ativo.
- B ativo, patrimônio líquido, ativo, passivo e ativo.
- C passivo, patrimônio líquido, despesa operacional, passivo e patrimônio líquido.
- D ativo, receita operacional, despesa operacional, passivo e patrimônio líquido.
- E passivo, patrimônio líquido, ativo, passivo e patrimônio líquido.

**QUESTÃO 27**

O Pronunciamento Técnico CPC 46 — Mensuração do Valor Justo — cria uma espécie de hierarquia de valor justo em que as informações utilizadas como subsídio para as técnicas de avaliação aplicáveis ao processo de mensuração do valor justo são classificadas em diferentes níveis. Com base nessa classificação, as informações constantes no nível 2 incluem

- A os custos correntes dos ativos e passivos.
- B os dados não observáveis para ativos e passivos.
- C os preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- D as premissas sobre riscos.
- E os preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos.

**QUESTÃO 28**

Determinada fábrica de aparelhos sonoros tem capacidade para produzir 25.000 unidades de alto-falantes por mês. Em setembro de 2017 foram fabricados e vendidos 20.000 unidades desse produto. A tabela a seguir mostra a demonstração de resultado da empresa, elaborada com base no método do custeio variável.

demonstração de resultado (em R\$)	
receita de vendas	1.200.000
custos e despesas variáveis	960.000
custos e despesas fixos	180.000
lucro líquido	60.000

Nessa situação, o ponto de equilíbrio dessa empresa é

- A inferior a 12.000 unidades.
- B superior a 12.000 unidades e inferior a 14.000 unidades.
- C superior a 14.000 unidades e inferior a 16.000 unidades.
- D superior a 16.000 unidades e inferior a 18.000 unidades.
- E superior a 18.000 unidades.

**QUESTÃO 29**

Um princípio aplicável a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas de companhias abertas consiste em

- A evidenciar a participação dos não controladores no balanço patrimonial consolidado em conta destacada do passivo exigível a longo prazo de forma separada do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- B admitir uma defasagem máxima de seis meses entre as datas de encerramento das demonstrações da controlada e das demais entidades em processo de consolidação, devendo ser considerados os efeitos de transações relevantes nesse período.
- C eliminar integralmente os resultados decorrentes de transações entre entidades do grupo que envolvam a venda de ativos, até a sua realização final pelo grupo como um todo.
- D considerar o patrimônio da controladora e de suas controladas e coligadas como se esse patrimônio pertencesse a uma única entidade.
- E utilizar políticas contábeis não uniformes que respeitem as diferenças entre os setores econômicos a que pertençam as entidades que estejam sendo objeto de consolidação.

**QUESTÃO 30**

A tabela a seguir mostra, em reais, os saldos em contas e grupos de contas do balanço patrimonial de uma empresa encerrado em 31/12/2017.

ativo circulante	600.000
ativo realizável a longo prazo	800.000
ativo não circulante	3.600.000
passivo circulante	500.000
passivo exigível a longo prazo	900.000
patrimônio líquido	2.800.000
disponibilidades	50.000
estoques de difícil realização em dinheiro	100.000
duplicatas a receber	150.000
despesas antecipadas (realizáveis até 31/12/2018)	100.000

Nesse caso, assinale a opção que mostra, na ordem em que aparecem, os índices de liquidez corrente, de liquidez imediata, de liquidez seca e de liquidez geral dessa empresa.

- A 1,2 / 0,1 / 0,8 / 1,0
- B 1,2 / 0,1 / 1,0 / 3,0
- C 1,0 / 0,4 / 0,8 / 3,0
- D 0,1 / 1,2 / 1,0 / 1,0
- E 0,8 / 0,1 / 0,5 / 3,0

**QUESTÃO 31**

Na elaboração da demonstração de variações patrimoniais de um estado, foram apurados, no período de 2015, os valores apresentados na seguinte tabela.

movimentação	valor em R\$
arrecadação tributária	220.000
exploração de serviços industriais	30.000
operações de crédito	100.000
receita de alugueis	50.000
despesas com pessoal	190.000
aquisição de bens imobilizados	110.000
depreciação de bens imobilizados	10.000
material de consumo utilizado	90.000

A partir dessa situação hipotética, o resultado patrimonial do estado no referido período deverá ser igual a

- A R\$ 40.000 negativos.
- B R\$ 10.000 positivos.
- C R\$ 70.000 positivos.
- D R\$ 90.000 positivos.
- E R\$ 20.000 negativos.

**QUESTÃO 32**

Em caso de geração de passivos contingentes decorrentes da concessão de benefícios sociais em áreas como saúde e educação, o ente público, a fim de reconhecer a provisão dessa obrigação, deverá

- A registrar contratos não onerosos de fornecimento de benefícios.
- B divulgar as bases de reconhecimento e mensuração adotadas.
- C recusar recebimento da compensação do serviço prestado.
- D determinar os valores, incertos ou não, dos benefícios a serem pagos.
- E estipular a data de liquidação dos benefícios.

**QUESTÃO 33**

Mediante o cumprimento regimental necessário, ente federativo que obtenha excesso de arrecadação proveniente da alienação de bens patrimoniais poderá utilizar esses recursos para, entre outras medidas,

- A executar obras de construção de bens imóveis.
- B pagar despesas de pessoal e encargos.
- C liquidar juros com empréstimos junto à União.
- D lançar a diferença positiva em restos a pagar.
- E quitar passivos decorrentes de obrigações trabalhistas.

**QUESTÃO 34**

Para o levantamento do balanço patrimonial de uma entidade pública, foram apuradas, no período de 2016, as contas apresentadas na tabela a seguir.

informações	valor em R\$
caixa e equivalentes de caixa	12.000
investimentos temporários	4.000
variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	1.000
bens imóveis	5.000
obrigações trabalhistas de curto prazo	2.000
provisões de longo prazo	8.000
patrimônio social/capital social	12.000

Com base na classificação dessas contas, o ativo circulante da referida entidade, em 2016, deve corresponder a

- A R\$ 17.000, e o passivo circulante a R\$ 2.000.
- B R\$ 22.000, e o passivo circulante a R\$ 17.000.
- C R\$ 22.000, e o passivo total a R\$ 22.000.
- D R\$ 12.000, e o passivo total a R\$ 10.000.
- E R\$ 16.000, e o passivo circulante a R\$ 3.000.

**QUESTÃO 35**

Durante o exercício social de um ente federativo, ocorreram as seguintes movimentações em caixa e equivalentes de caixa:

- ingresso de recursos provenientes de receitas tributárias;
- ingresso de recursos provenientes de operações de créditos;
- pagamento de juros e encargos da dívida;
- aquisição de ativos não circulantes;
- recebimento de transferências correntes.

Ao classificar as operações, o gestor do ente federativo deverá apresentar, na demonstração de fluxos de caixa,

- A três operações do fluxo operacional e duas do fluxo de investimentos.
- B uma operação do fluxo operacional, duas do fluxo de investimentos e duas de financiamento.
- C duas operações do fluxo operacional, duas do fluxo de investimentos e uma de financiamento.
- D duas operações do fluxo operacional, uma do fluxo de investimentos e duas de financiamento.
- E três operações do fluxo operacional, uma do fluxo de investimentos e uma de financiamento.

**QUESTÃO 36**

Após prever, para determinado período, um montante de R\$ 550.000 de receitas, um ente público fixou despesas no mesmo valor. Ao final do exercício financeiro, o ente constatou que a realização das receitas havia superado em R\$ 25.000 a previsão inicial e que, relativamente às despesas, R\$ 10.000 não haviam sido executados.

Com base na situação hipotética apresentada, o resultado da execução orçamentária consiste em

- A déficit de R\$ 25.000, decorrente do confronto da realização da receita com a execução de despesas.
- B superávit de R\$ 35.000, decorrente do confronto da realização de receitas com a execução de despesas.
- C superávit de R\$ 25.000, decorrente do confronto da realização de receitas com a previsão orçamentária.
- D superávit de R\$ 25.000, decorrente do confronto da realização de receitas com a fixação de despesas.
- E déficit de R\$ 10.000, decorrente do confronto da fixação de despesas com a execução orçamentária.

**QUESTÃO 37**

A classificação orçamentária da despesa, ou classificação para os cidadãos, que proporciona informações gerais sobre as ações do Estado e fornece bases para a apresentação de estatísticas sobre a aplicação de recursos públicos nos principais segmentos de atuação governamental, é denominada classificação

- A programática.
- B por natureza econômica.
- C por modalidade de aplicação.
- D institucional.
- E funcional.

**QUESTÃO 38**

Um estado possui em seu almoxarifado apostilas de cunho didático que deverão ser distribuídas gratuitamente para servidores em treinamento. A tabela a seguir apresenta, de acordo com a contabilidade desse estado, os valores relativos às apostilas identificados ao final do exercício.

informações	valor em R\$
valor de custo	380.000
custo corrente de reposição	360.000
valor realizável bruto	340.000
gasto estimado para venda	10.000

Com base nessas informações, o ativo correspondente ao estoque equivale a

- A R\$ 370.000, referentes ao valor médio entre o custo e a reposição.
- B R\$ 380.000, referentes ao valor de custo.
- C R\$ 360.000, referentes ao menor entre os valores de custo e de custo corrente de reposição.
- D R\$ 340.000, referentes ao valor bruto que seria obtido caso o ente público vendesse o estoque.
- E R\$ 330.000, referentes ao menor entre os valores de reposição e realizável líquido.

**QUESTÃO 39**

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) possibilita aos gestores o acesso a informações relativas à execução financeira e orçamentária, bem como o controle interno e de cunho gerencial. O SIAFI proporciona ainda

- I o fornecimento de meios de agilização da programação financeira.
- II o registro contábil de balancetes de entes federativos.
- III o controle permanente das disponibilidades financeiras existentes nas contas correntes representativas do caixa do governo federal.
- IV a transparência dos gastos públicos.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B II e III.
- C II e IV.
- D I, II e IV.
- E I, III e IV.

**QUESTÃO 40**

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal

- A não possibilita a avaliação dos resultados do uso de recursos públicos, visto que abarca dados apenas parciais.
- B está estruturado na forma de um sistema organizacional vinculado à Secretaria do Tesouro Nacional, à fazenda pública e ao Banco Central.
- C está disponível a todo cidadão, que pode acessá-lo a fim de obter dados a respeito dos custos institucionais dos entes que compõem a administração pública.
- D é alimentado, no que diz respeito aos estágios da despesa — empenho, liquidação e pagamento —, por dados relativos à despesa liquidada.
- E é abastecido, sobretudo, pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), pois as despesas com pessoal representam o maior percentual de custos da administração pública.

**QUESTÃO 41**

É vedado à União

- A instituir imposto sobre a fabricação e comercialização de papel, independentemente da sua destinação.
- B elevar a alíquota do imposto de importação sem expressa autorização legal.
- C cobrar taxa de avaliação de instituição de educação de âmbito estadual.
- D instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
- E cobrar taxa de fiscalização de vigilância sanitária de determinado templo religioso.

**QUESTÃO 42**

Considerando que uma instituição tenha caráter filantrópico, preste os serviços para os quais tenha sido instituída e os coloque à disposição do grupo de pessoas ao qual se destine, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla IRPJ, sempre que empregada, se refere a imposto de renda de pessoa jurídica.

- A O IRPJ retido na fonte da referida instituição, em qualquer circunstância, estará sujeito a devolução em condições e prazos estabelecidos na legislação pertinente.
- B A instituição poderá aplicar parte de seus recursos em finalidades distintas dos seus objetivos sociais, sem perder o direito à isenção do IRPJ.
- C A remuneração dos dirigentes da instituição, sem perda da isenção do IRPJ, é autorizada pela legislação, desde que limitada a determinado percentual das receitas.
- D Os rendimentos e ganhos de capital que vierem a ser auferidos pela instituição em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável serão tributáveis.
- E A isenção do IRPJ dessa instituição somente poderá ser cancelada pelo titular do órgão que a tiver concedido.

**QUESTÃO 43**

A contribuição social sobre o lucro líquido pode ser paga com fundamento em base de cálculo estimada, mediante a aplicação de determinado percentual sobre a receita bruta, que deve ser acrescida dos

- A estornos de receita decorrentes de vendas canceladas ou devolvidas.
- B valores decorrentes do ajuste a valor presente de qualquer natureza.
- C rendimentos de aplicações de renda fixa de instituição financeira.
- D gastos com repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais.
- E descontos concedidos nas operações com mercadorias.

**QUESTÃO 44**

A alíquota correspondente à contribuição para o financiamento da seguridade social pode ser reduzida a zero no caso de

- A recuperações de créditos baixados como perda, quando essas recuperações não representam ingresso de novas receitas.
- B ganhos decorrentes de avaliação do ativo e passivo com base no valor justo.
- C subvenções para investimento feitas por meio de doações do poder público.
- D venda de produtos farmacêuticos em campanhas de saúde realizadas pelo poder público.
- E revenda de mercadorias realizada por empresa na condição de substituta tributária.

**QUESTÃO 45**

Conforme a legislação pertinente à contribuição destinada ao financiamento da previdência social, o salário-de-contribuição

- A é proporcional ao número de dias de trabalho efetivo, no caso de demissão do empregado.
- B exclui os benefícios pagos pelo governo em função de afastamentos do empregado.
- C corresponde ao salário registrado na carteira de trabalho, sem limite máximo.
- D deve incluir o total das diárias pagas em qualquer circunstância.
- E corresponde ao salário mínimo, no caso de segurado facultativo.

**QUESTÃO 46**

Pode contribuir como segurado facultativo da previdência social

- A qualquer pessoa física maior de idade, ainda que exerça atividade remunerada.
- B pessoa vinculada a regime próprio de previdência social afastada sem vencimento.
- C o síndico eleito para exercer atividade de administração condominial com ou sem remuneração.
- D o trabalhador afastado temporariamente de suas atividades, desde que receba remuneração.
- E o contribuinte individual, equiparado ao segurado que lhe presta serviços.

**QUESTÃO 47**

Os órgãos da administração pública estão sujeitos à legislação específica relativa à retenção na fonte do imposto sobre a renda e contribuições sociais sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral. De acordo com essa legislação, a retenção

- A incide sobre o valor da nota fiscal, sem considerar as multas e os juros incorridos por atraso no pagamento.
- B incide sobre o valor original da nota, no caso de glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal.
- C é dispensada no caso de fornecimento de bens para entrega futura.
- D é dispensada no caso das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- E realizada por órgão público é feita sem prejuízo das demais retenções do imposto de renda.

**QUESTÃO 48**

Acerca do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), assinale a opção correta.

- A A atribuição da responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa mantém inalterada a responsabilidade do contribuinte principal.
- B Esse imposto é considerado devido no domicílio das administradoras de cartão de crédito e nas operações feitas em terminais eletrônicos.
- C A modificação de domicílio tributário é vedada ao tomador do serviço no caso de arrendamento mercantil.
- D A pessoa jurídica imune ou isenta do ISSQN pode ser responsável pelo respectivo crédito tributário.
- E O responsável estará obrigado ao recolhimento integral das multas e acréscimos legais somente quando faltar ao dever de efetuar a retenção do ISSQN na fonte.

**QUESTÃO 49**

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria, em especial à documentação dos papéis de trabalho, um auditor, ao planejar a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, deverá registrar

- A as informações pormenorizadas dos auditores que tiverem executado os trabalhos anteriores.
- B os dados dos informantes que tiverem sido descartados em uma possível seleção para entrevista investigativa.
- C as características que identifiquem os itens ou assuntos específicos testados.
- D as notas que reflitam entendimento incompleto ou preliminar.
- E a data e hora precisas em que tiverem sido realizados os levantamentos da estatística amostral.

**QUESTÃO 50**

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem de fatores como

- A atributos não relevantes da evidência obtida.
- B especificação do auditor que tenha encontrado as exceções significativas.
- C riscos não identificados provenientes de auditoria anterior.
- D redução da amostra em auditoria anterior e em programas de auditoria.
- E tamanho e complexidade da entidade.

**QUESTÃO 51**

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria interna, no planejamento de uma auditoria, os fatos relevantes que devem ser considerados pelo auditor na execução dos trabalhos incluem

- I o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.
- III a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade.
- IV o uso do trabalho de especialistas.
- V os riscos de auditoria, quer pelo volume quer pela complexidade das transações e operações.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens II e V estão certos.
- C** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens I, III, IV e V estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 52**

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria, a auditoria interna está estruturada em procedimentos com enfoques

- A** apenas técnico e sistemático.
- B** apenas técnico, objetivo e disciplinado.
- C** apenas objetivo, sistemático e disciplinado.
- D** técnico, objetivo, sistemático e disciplinado.
- E** apenas técnico e objetivo.

**QUESTÃO 53**

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria interna, assinale a opção correta.

- A** Durante a execução dos procedimentos de inspeção e observação, o auditor interno procura obter informações de pessoas — seja físicas, seja jurídicas — a respeito das transações e das operações da entidade auditada.
- B** No processo de obtenção e avaliação das informações, denomina-se informação útil aquela que, além de auxiliar a entidade a atingir suas metas, dá suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna.
- C** A análise dos riscos da auditoria interna deve ser feita apenas na fase de exames e investigações, mediante a aplicação de testes de observância.
- D** A extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas constitui um dos aspectos a serem considerados na análise dos riscos da auditoria interna.
- E** Na auditoria interna, o procedimento de confirmação corresponde à inspeção de registros, documentos e ativos tangíveis.

**QUESTÃO 54**

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria interna, os procedimentos de auditoria interna consistem em exames e investigações que

- A** incluem testes de observância e testes substantivos, possibilitando ao auditor a obtenção de subsídios para fundamentar as conclusões.
- B** abrangem testes e processos desconhecidos de uso dos auditores externos, tal como a confirmação.
- C** abarcam testes substantivos distintos dos da auditoria independente, tais como inspeções e investigações.
- D** possuem finalidade e conceitos distintos dos da auditoria externa; consequentemente, com resultados adversos.
- E** utilizam testes com nomenclaturas conhecidas de uso dos auditores externos, como, por exemplo, as inspeções, porém com conceitos e finalidades distintas.

**QUESTÃO 55**

João, analista judiciário de um tribunal regional eleitoral, apresentou prestação de contas de uma viagem realizada para representar o respectivo órgão público. Durante a revisão dos documentos, em um procedimento de auditoria interna, ficou constatado que, dos dezoito recibos de táxi apresentados por ele, oito tinham o nome e a assinatura do mesmo taxista; entretanto, desses oito, apenas cinco haviam sido preenchidos integralmente pelo taxista; no preenchimento dos valores dos demais, percebia-se claramente a caligrafia de João. Ao ser questionado pela auditoria interna, ele respondeu que preencheria os valores nos recibos a pedido do taxista, que estava apressado. João afirmou, ainda, haver registrado as quantias devidamente pagas por ele em dinheiro.

Nessa situação hipotética, à luz dos conceitos de erro e fraude adotados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria interna (NBC TI 01), o auditor, inicialmente, deverá classificar o ato como indicativo de

- A** erro, por ser ato não intencional e não conter má-fé.
- B** erro, por ser ato intencional, porém não conter má-fé.
- C** fraude e erro, por ser ato intencional, mas não conter má-fé.
- D** fraude, por ser ato não intencional, mas conter má-fé.
- E** fraude, por ser ato intencional, mesmo que não tenha má-fé.

**QUESTÃO 56**

Contribuição pecuniária doada por entidade sindical a partido político será

- A** legal se o partido político apresentar justificativa, a qual deverá ser aceita pela justiça eleitoral.
- B** ilegal, e seu recebimento sujeitará o partido a suspensão, por um ano, na participação no fundo partidário.
- C** ilegal apenas se o valor superar o limite previsto na legislação, gerando-se, nesse caso, multa correspondente ao valor do excesso.
- D** ilegal, e a constatação de recebimento indevido vedará ao partido político a possibilidade de concorrer na eleição seguinte.
- E** legal, e o valor deverá ser devidamente registrado na prestação de contas do partido, observando-se os limites legais.

**QUESTÃO 57**

Os recursos do fundo partidário deverão ser

- A** distribuídos, em sua totalidade e em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso ao fundo.
- B** compostos, em sua maior parte, por verbas particulares, decorrentes de doações de pessoas físicas ou jurídicas.
- C** destinados exclusivamente aos partidos políticos cujos estatutos estejam registrados no Tribunal Superior Eleitoral.
- D** distribuídos anualmente apenas aos partidos políticos cujas contas tenham sido aprovadas no ano anterior.
- E** utilizados pelos partidos nas suas contratações, desde que observados os ditames da Lei de Licitações.

**QUESTÃO 58**

Respeitando-se os dispositivos legais pertinentes, a doação de recursos a campanhas eleitorais

- A** não poderá ser feita por meio de pagamento com cartão de crédito.
- B** poderá ser caracterizada por serviço de publicidade realizado por pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.
- C** poderá ser caracterizada mediante a utilização de bens móveis de propriedade de pessoa física.
- D** não poderá ser feita por meio de ferramentas bancárias na Internet.
- E** poderá ser caracterizada mediante a utilização de imóvel de entidade esportiva, estimando-se seu valor em dinheiro.

**QUESTÃO 59**

De acordo com a legislação pertinente, exceto nos casos de candidaturas para prefeito e vereador em municípios nos quais não haja agência ou posto de atendimento bancário, serão condições suficientes para que os candidatos promovam a arrecadação de recursos financeiros

- A** o fornecimento, pela justiça eleitoral, de CNPJ ao candidato e a abertura de conta bancária específica para registrar o movimento financeiro da campanha.
- B** o registro da candidatura e a indicação de conta bancária de titularidade exclusiva do candidato para registrar o movimento financeiro da campanha.
- C** o registro da candidatura e o recebimento de depósito mínimo oriundo do fundo partidário em conta de titularidade exclusiva do candidato.
- D** o registro da candidatura e o fornecimento de CNPJ ao candidato pela justiça eleitoral.
- E** o fornecimento, pela justiça eleitoral, de CNPJ ao candidato e o recebimento de depósito mínimo oriundo do fundo partidário em conta de titularidade exclusiva do candidato.

**QUESTÃO 60**

Quanto ao limite de gastos em campanhas eleitorais, assinale a opção correta.

- A** A extrapolação desse limite acarretará multa em valor equivalente ao dobro da quantia excedente.
- B** Nas campanhas para a eleição de prefeitos em municípios com até dez mil habitantes, o limite será de cem mil reais.
- C** O limite de gastos é fixado por lei no início de cada campanha, não sendo majorado em caso de ocorrência de segundo turno nas eleições.
- D** O Tribunal Superior Eleitoral define o limite de gastos a cada eleição, com base em parâmetros estabelecidos em lei.
- E** Estarão excluídas do limite de gastos as despesas efetuadas pelos candidatos e as realizadas pelos partidos e que possam ser individualizadas em relação ao candidato.

Espaço livre